TL4642

Estrasburgo, 6 de Maio de 1999

Intervenção

do deputado ***Sérgio Ribeiro*** (PCP-EUE/EVN)

no debate sobre ***Timor-Leste***

O Parlamento Europeu tem apoiado inequivocamente a causa do povo timorense e o seu inalienável direito à autodeterminação e à independência, e tem contribuido significativamente, desde sempre, para que a sua luta não tenha caído no silêncio. Pelo que se congratula com o facto de terminar a legislatura com uma reafirmação de posições vislumbrando a sua concretização.

É particularmente feliz poder fazê-lo quando se vive um momento crucial do processo, com a assinatura do Acordo alcançado no quadro das Nações Unidas, que adoptou a possibilidade de o povo timorense poder decidir livremente o seu futuro.

Saudamos esta conquista do povo timorense e regozijamo-nos por o nosso modesto mas insistente e solidário contributo - a que alguns recente, oportuna ou oportunisticamente, se juntaram - poder ter sido útil. Deixamos este Parlamento com o sentimento de, pelo menos neste caso, ter cumprido o nosso dever de eleitos. A causa do povo timorense é um exemplo de que vale a pena lutar. De que vale a pena resistir.

No entanto, esta satisfação é bem moderada pela falta de confiança na política indonésia e pelos receios que ela provoca. É necessário não baixar a guarda e não esquecer que mais do que um final feliz, a consulta popular será apenas mais um passo - decisivo, é certo - na já longa caminhada que fará com que o povo de Timor-Leste, depois de séculos de colonização portuguesa e de um quarto de século de brutal ocupação indonésia, seja finalmente senhor do seu destino.

É necessário continuar a exigir das autoridades indonésias que façam acompanhar esta decisão diplomática com medidas consequentes. É preciso iniciar imediatamente o processo de desarmamento e dissolução das milícias pró-integracionistas. É indispensável proceder a uma desmilitarização do território por parte da Indonésia por forma a que a consulta popular decorra de forma livre e democrática e que tal seja assegurado e credibilizado pelas Nações Unidas no terreno. É de exigir que sejam libertados todos os resistentes timorenses que estão presos, nomeadamente Xanana Gusmão, garantir a sua participação neste processo e assegurar o regresso em segurança dos que se encontram no exílio.

É preciso, ainda, reafirmar a denúncia e condenação daqueles países, entre os quais Estados-membros da União Europeia, que continuam de forma hipócrita a clamar pelos direitos humanos mas não hesitam em continuar a vender armas a um regime culpado do genocídio de um povo.

É o que nos comprometemos continuar a fazer.

Neste Parlamento e fora dele.